

	<b>Autor</b>	<b>Contribuição</b>
1	<b>Eduardo Della Manna</b> Conselheiro do C MPU	A Lei Federal Nº 14.285/2021 abre a possibilidade de inserir na legislação urbanística da cidade uma modalidade de intervenção urbana que seja, de fato, sustentável, com potencial para preservar as faixas marginais de cursos d'água. O conceito de "Corredor Ambiental Urbano" não é novo e vem sendo desenvolvido pelo Professor Renato Anelli. Sugere que tal corredor possa contribuir para o Programa de Recuperação de Fundos de Vales.
2	<b>Mauricio Ramos de Oliveira</b> Conselheiro titular do C MPU (Zona Oeste)	Questionou que a definição dos Eixos de Estruturação Urbana (EETU) não levou em consideração estudos geomorfológicos no território e, segundo ele, isso permitiu que grandes estruturas fossem construídas gerando impactos negativos em nascentes, no lençol freático, espigão, dentre outros. Afirma que cada região possui uma característica, e o licenciamento deveria respeitar essas particularidades, a fim de evitar distorções como as verificadas na Gruta do Bixiga, no Espigão da Serra, e na Rua Heitor Penteado. Salienta que a Lei Nº 14.285/2021 fere as disposições do Código Florestal, uma vez que concede ao município o direito de legislar sobre as APPs urbanas, devendo prevalecer a legislação de maior proteção, o Código Florestal. Considera importante ter cautela com legislações como a Lei Nº 14.285/2021, que podem gerar prejuízos aos recursos hídricos urbanos. Por fim, afirma que direcionar o olhar para 2030 é também considerar os recursos hídricos urbanos, além de repensar a forma como se utiliza a infraestrutura cinza, empregando, cada vez mais, soluções baseadas na natureza.

3	<p><b>Antônio Zagato</b> Conselheiro do CMPU</p>	<p>Explicou que é o CMPU (Conselho Municipal de Política Urbana), instituído pelo Artigo 327 do PDE, destacando que, dentre outras competências, o conselho tem a função de acompanhar o processo de revisão do PDE, apresentando propostas. Questionou que nas reuniões do CMPU, muitas vezes, as propostas apresentadas pela sociedade civil, não empresarial, não são acatadas pela Prefeitura de São Paulo, tanto em relação ao método empregado no processo participativo, quanto em relação aos conteúdos elaborados no processo de revisão do PDE. Em seguida, inicia suas contribuições realizando críticas ao “Diagnóstico da Aplicação do Plano Diretor Estratégico (2014 – 2021)”. Questiona a abordagem quantitativa na avaliação dos Instrumentos de Gestão Ambiental (EIA/RIMA, EIV/RIV, AAE, TCA, dentre outros), e afirma que os números apresentados traduzem pouco o impacto ambiental cumulativo gerado pelo licenciamento de empreendimentos, especialmente de grande porte, fazendo menção à fala do Sr. Maurício Ramos de Oliveira. Considera que a publicação dos Planos Setoriais, por si só, não significa uma ação efetiva e positiva do PDE, pois entende que publicar não significa implementar, e não implementar pode comprometer o alcance dos objetivos indicados na apresentação dessa audiência. Menciona a falta de avaliação quali-quantitativa acerca do alcance dos objetivos estratégicos apresentados e, como exemplo, questiona o quanto de expansão da mancha urbana foi contida entre os anos de 2014 e 2022, ou o quanto da universalização do saneamento foi alcançado nesse mesmo período. Por fim, destaca que na página 79 do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020-2050 (PlanClimaSP), é mencionada a importância da regulação do mercado imobiliário que, porém, não foi citada nas audiências anteriores. Considera que, a despeito dos impactos ambientais, abordou-se com mais veemência assuntos como a liberação e o incentivo ao adensamento construtivo.</p>
---	--	--

4	<p><b>João Bittencourt</b> Cidadão, não atrelado a qualquer organização</p>	<p>Não identifica na revisão do PDE, e nos últimos anos, qualquer ação efetiva com foco nos principais rios da cidade (Pinheiros e Tietê). Considera que há um vácuo em relação aos objetivos sustentáveis para a cidade, que parecem ser esquecidos. Exemplifica o caso do Rio Tamanduateí que, no passado, era utilizado como via de locomoção. Declara ser ineficiente a forma como a cidade foi construída em torno dos rios, riachos e cursos d'água, desrespeitando as matas ciliares. Complementa as falas do Mauricio Ramos e Antônio Zagato ao criticar uma verticalização acentuada na região, e afirma ser residente da região de Sumarezinho, próximo à Vila Madalena. Em seu ponto de vista, os empreendimentos imobiliários que estão sendo construídos não contribuem para a cidade, e parece que não são devidamente fiscalizados. Afirma não perceber um interesse da Prefeitura em implantar mais transporte público, e indaga que esses grandes empreendimentos incentivam ainda mais o uso do transporte individual, devido à criação de vagas de garagem, agravando a falta de sustentabilidade no município.</p>
5	<p><b>Daniel Todtmann Montandon</b> Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNINOVE</p>	<p>Considera importante incorporar a carta geotécnica de aptidão à urbanização no ordenamento territorial. Comenta que esteve em uma oficina na qual a SVMA informou que, recentemente, foi elaborada uma carta geotécnica pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), mas que ele desconhece, pois não se encontra no site da Prefeitura, ou na plataforma GeoSampa. Pondera que o mais importante não é a carta em si, mas especialmente a definição de condicionantes e restrições que devem ser seguidas no parcelamento, uso e ocupação do solo, ou seja, condicionantes para aprovação, ou não, de projetos com base nos aspectos geotécnicos. Segundo ponto, considera importante que o PDE incorpore o instrumento da cota ambiental como um mecanismo integrante do ordenamento territorial da cidade, sendo um instrumento que deveria ter sido objeto do monitoramento. Terceiro, comenta sobre a Lei Federal Nº 14.285/2021 destacando que se deve definir outro conceito de área urbana consolidada para fins de incidência de APP, divergente do que consta no Código Florestal, e que o Plano Diretor precisaria avançar nessa definição. Por fim, questiona os critérios e conteúdos para a elaboração dos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), e sugere que seja elaborada uma lei, ou que se estabeleçam diretrizes no PDE para a regulamentação do EIV.</p>



6	<p><b>Rosangela Vieira Souza</b> Integrante do CADES-Campo Limpo</p>	<p>Pondera que há muitas contradições, pois gostaria que a aplicação desses instrumentos fosse mais efetiva na preservação das áreas protegidas. Observa que nenhum dos instrumentos citados está conseguindo conter o avanço das ocupações irregulares, as quais estão se expandindo de forma acelerada, sem que haja alguma ação específica nesse sentido. Destaca essa questão como urgente e afirma que, com o tempo, essas ocupações irregulares são consolidadas como área de regularização fundiária, ignorando leis ambientais, áreas de mananciais e nascentes. Logo, sugere que os instrumentos de gestão ambiental sejam revistos com um olhar de proteção efetiva dessas áreas. Observa a questão da Transferência do Direito de Construir (TDC) como positiva, porém destaca que estão deixando de lado o problema de invasão das áreas públicas. Nesse sentido, menciona o caso do Parque Linear Itapaiúna, afirmando que apenas 5% de uma área do parque estão em processo de TDC, 7.000m<sup>2</sup>, em decorrência de 250.000m de área pública que está sendo devastada. Salienta que é necessário olhar para essas áreas públicas que estão sendo invadidas, pois considera essa questão bastante preocupante.</p>
7	<p><b>Mário Fontes</b> Diretor Executivo da Associação Nossa Guarapiranga</p>	<p>Declarou que o Sr. Prefeito, Ricardo Nunes, afirmou que o maior problema que a cidade enfrenta atualmente é o seu déficit habitacional, e as invasões nas áreas de mananciais e beiras de córrego. Questiona que a lei municipal de zoneamento associada às leis de preservação ambiental são bastante restritivas em relação a qualquer atividade nas áreas de mananciais. Todavia, afirma que as ocupações irregulares estão se disseminando no entorno da represa de Guarapiranga, suprimindo a Mata Atlântica e a vegetação que preserva as suas margens, provocando o assoreamento da represa, e lançando esgoto na água que abastece a cidade. Além disso, declara que água contaminada da Represa Billings está sendo transferida para a Guarapiranga, esta que abastece cerca de cinco (05) milhões de paulistanos. Salienta que a Sabesp deveria também coletar e, principalmente, tratar os esgotos para que a população não consuma água contaminada, e defende a promoção de saneamento básico a partir de uma legislação que condene obras de saneamento em ocupações irregulares. Afirma que, de acordo com os dados do Instituto Trata Brasil, há 03 (três) milhões de pessoas sem tratamento adequado de esgoto e, com frequência, esse esgoto acaba contaminando córregos e a represa. Reforça que a qualidade da Represa Guarapiranga está cada vez pior, o que contraria lei específica acerca da represa, e menciona que os dados e estudos estão disponíveis no site Associação Nossa Guarapiranga (<a href="http://guarapiranga.org">guarapiranga.org</a>). Por fim, defende que seja feita a revisão do PDE no intuito de mitigar a contaminação das áreas de manancial no município.</p>

8	<b>Amanda Paulista</b> COFIP ABC	Constatou uma disparidade muito grande entre a meta estipulada no PDE para a implantação dos parques, e o que foi de fato efetivado. Afirma que não há indicações no diagnóstico que expliquem o porquê dessa meta não estar sendo cumprida, e defende que essa questão seja aprofundada, visto que direcionaria um caminho coerente para as propostas. Afirma que tal investigação pode indicar se os instrumentos vigentes devem ser potencializados, ou se é necessário propor novos instrumentos. Exemplifica com o instrumento da TDC, questionando se o ideal seria ampliá-lo em ZEPAMs, em áreas verdes e parques que se encontram fora da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e em Unidades de Conservação (UCs), ou se seria mais pertinente avaliar uma política de incentivo que permita, por exemplo, que os proprietários implantem parques de uso público. Também cita o Plano Municipal da Redução de Riscos (PMRR), o qual considera fundamental para se pensar o uso e ocupação do solo, especialmente quando se trata do meio ambiente e planejamento urbano. Defende que, para além dos riscos geotécnicos, é importante analisar também os riscos geológicos, riscos de áreas contaminadas, riscos tecnológicos, dentre outros, que afetam muito a qualidade de vida da população.
9	<b>Raquel Reis Viegas Leal</b> Apoiadora do Movimento Pró-Pinheiros	Interpretou que há uma proposta de revisão dos TCAs no sentido de expandir a arborização para regiões periféricas da cidade, proposta que considera positiva. Todavia, apresenta a preocupação com a supressão vegetal de espécies de árvores, de flores, arbustos e gramíneas na Zona Oeste, em especial no bairro Pinheiros, tanto em jardins e quintais das casas, quanto em lotes incorporados pelas construtoras para a edificação de prédios. Diante disso, questiona como os moradores podem obter soluções para mitigar os efeitos da perda de qualidade do ar, da destruição desses microclimas, e até mesmo da extinção da fauna que habitava essas áreas. Além disso, questiona o método participativo empregado na própria Audiência temática, pois considera o tempo de participação curto frente à complexidade do tema, o que para ele prejudica o aprofundamento do debate, e defende a ampliação dos meios de participação.

10	<p><b>Francisco Bodião</b> Integrante do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes de São Paulo e Frente São Paulo Pela Vida</p>	<p>Questionou o momento em que ocorre a revisão do PDE, pois são verificados impactos da pandemia, além de limitações no acesso a meios digitais que restringem a participação social. Destaca a falta de dados e considera fundamental a atualização dos mesmos, especialmente com os efeitos da pandemia e o aumento das ocupações irregulares, que tem provocado enormes prejuízos às áreas de mananciais. Menciona que possuem um dossiê do vereador Natalini, que demonstra esses prejuízos, e considera que a redução da fiscalização também ocasionou em impactos negativos, nesse sentido. Afirma que, para atender à implantação dos 168 parques previstos no PDE, seria necessário implantar 21 parques por ano, até 2029. Sugere que essa previsão seja revisada, porém, independente das críticas ao fundo municipal de parques, afirma que é necessário garantir sua implementação, além de buscar alternativas para sua reformulação e efetivação. Por fim, aponta que o quadro técnico da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente encontra-se fragilizado, com poucos funcionários e, como solução, sugere a ampliação do corpo técnico a partir de concursos públicos, principalmente para o controle das áreas verdes, dos parques, e para a fiscalização de supressões na mancha verde da cidade.</p>
11	<p><b>Elio Camargo</b> Integrante do CADES-Butantã</p>	<p>Avaliou que a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) foi insuficiente. Salienta que, dentre outras funções, tais áreas visam assegurar os corredores ecológicos de ligação entre as áreas verdes, garantindo o fluxo gênico bem como a biodiversidade na cidade, o que, no seu ponto de vista, não foi realizado. Apresenta como proposta a preservação dos córregos remanescentes cercando-os e, ao contrário de aguardar a implantação de parques lineares, sugere a restauração de possíveis corredores ecológicos como, por exemplo, os canteiros centrais das avenidas e as áreas aterradas. Propõe que a restauração dos corredores ecológicos de ligação seja incluída como uma ação prioritária no Plano Municipal de Arborização Urbana. Em relação ao Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), sugere a inclusão de dois pontos: a recuperação das nascentes, e a inclusão de um sistema de permeabilização do solo, de modo a garantir o reabastecimento das águas. Sugere que o Fundo Municipal de Parques juntamente com o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) assegurem recursos para que sejam adquiridas e conservadas todas as áreas verdes da cidade. Para isso, apresenta a proposta de complementar esses fundos com uma nova taxa, que deve incidir proporcionalmente sobre todos os licenciamentos construtivos aprovadas na cidade.</p>



12	<p><b>Laurita Sales</b> Movimento Pró-Pinheiros</p>	<p>Questionou a fala do Secretário-Adjunto, de que as ocupações irregulares seriam um problema de fiscalização, indicando que, na verdade, tais ocupações são um índice da falta de habitação social, problema que o Plano Diretor não tem conseguido solucionar. Menciona que, para a exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) o índice de enquadramento do empreendimento é muito elevado, aplicando-se em terrenos muito extensos. Nesse sentido, afirma que muitos empreendimentos estão sendo construídos, mas sem a elaboração de estudos de impacto ambiental, especialmente nos distritos de Pinheiros e parte de Jardim Paulista. Solicita a elaboração desses estudos para o conjunto de lotes, sobretudo na Avenida Rebouças, a fim de preservar a ambiência dos bairros. Ratifica a fala da Raquel Reis Viegas Leal, apresentando como preocupação a destruição de árvores centenárias, ou de grande porte, que estão sendo removidas devido à construção de novos prédios. Propõe que a compensação da supressão arbórea seja realizada no mesmo distrito, pois considera que o microclima do distrito de Pinheiros está sendo bastante prejudicado pela retirada das árvores. Indica como pertinente a verificação do equilíbrio do índice de verde por distrito, ou seja, um balanço não apenas por subprefeitura, mas também por distrito.</p>
13	<p><b>Antônio Zagato</b> Conselheiro do CMPU</p>	<p>Questionou o quanto se conteve da expansão urbana, e declara não identificar essa resposta no Diagnóstico. Também indica que tem ocorrido um esvaziamento dos quadros técnicos das secretarias, e menciona o PL Nº 428/2022 do atual prefeito Ricardo Nunes, pelo qual serão extintos diversos cargos de carreira nas áreas de meio ambiente, urbanismo, patrimônio, dentre outras. Apresenta a preocupação com a criação de autarquias e a contratação de funcionários públicos por CLT, mencionando que os técnicos podem ser mais pressionados para a aprovação dos projetos. Indaga se nos pareceres técnicos das secretarias constam as 14 diretrizes e os 17 objetivos indicados nos artigos 6º e 7º do PDE, no intuito de verificar se os mesmos estão sendo cumpridos no processo de licenciamento. Questiona que os impactos cumulativos são evidentes, mas afirma que se tudo está sendo aprovado de acordo com a lei, logo, identifica um descolamento entre o discurso e a realidade. Menciona que a falta de fiscalização reflete as disposições do Artigo 321 do PDE. Questiona o Diagnóstico, afirmando que no documento constam apenas desafios e dificuldades. Nesse sentido, supõe que exista uma orientação política para um discurso de <i>Real Estate</i> pelo qual seria elaborado um plano imobiliário e a cidade estaria resolvida, desprezando as questões relativas ao meio ambiente, e ainda com a extinção de cargos do serviço público.</p>

14	<b>Ana Aragão</b> Integrante do Fórum Verde e do CADES-Butantã	Destacou a evidente preocupação de todos os manifestantes com a preservação ambiental. Reforça a fala do Sr. Maurício Ramos acerca da solicitação dos estudos geomorfológicos, e defende que tais estudos façam parte do Plano Diretor, sendo utilizados como um instrumento, uma espécie de condicionante para a emissão de licenças e aprovação de novas construções. Também propõe que esse estudo geomorfológico conste na plataforma GEOSAMPA, de forma efetiva. Afirma que considera muito importante a proposta de corredores ambientais urbanos, e solicita ao Eduardo Della Manna que, se possível, encaminhe a proposta citada.
15	<b>Kareen Terenzo</b> Integrante do Movimento Pró-Pinheiros	Questionou o volume de obras que se verifica na cidade, especialmente no bairro de Pinheiros. Explica que a questão não se refere às autorizações para a realização de novas construções, mas se refere à ausência de análises de impacto ambiental. Afirma que as obras geram diversas incomodidades, como a poluição sonora e visual, a invasão de calçadas e o despejo irregular de resíduos, questões relacionadas ao meio ambiente. Relata que no último ano foi constatado o corte de mais de 20 árvores em apenas uma quadra, entre a Avenida Rebouças e a Rua Arthur de Azevedo, além de outras árvores na Rua Capote Valente, e indaga quais seriam os critérios seguidos pelas construtoras para a realização dessa supressão vegetal. Sugere que sejam pensadas soluções alternativas ao corte de árvores, como o transplante de espécies arbóreas ou ainda a compensação no mesmo local.
16	<b>Laura Lúcia Vieira Ceneviva</b> Assessoria Técnica de Mudanças Climáticas da SVMA	Percebeu a questão das mudanças climáticas como bastante evidente nas falas dos demais participantes, e destaca que os comentários convergem para um modo de ver e regular a cidade que, no seu entendimento, está superado. Afirma que a mudança do clima pressupõe a questão do conforto térmico para a sobrevivência da cidade e, para isso, é necessário que se tenha vegetação, bem como área permeável para que ocorra, por exemplo, a recarga dos aquíferos. Indica preocupação com a questão energética no futuro, mencionando que a geração de energia emite gases de efeito estufa. Questiona como poderá ser mantido o conforto térmico frente às ocupações em APPs, e cita o aumento significativo das temperaturas pelo mundo. Por fim, propõe uma mudança de lógica na regulamentação construtiva, que precisa pensar na continuidade da vida na cidade, e defende que São Paulo tenha mais soberania, mais condição econômica e política para tratar dos futuros problemas resultantes desse espaço urbano construído equivocadamente, segundo parâmetros superados.



17	<p><b>Fábio Sanchez</b> Integrante do Fórum Verde Permanente e Conselheiro do Parque Cemucam</p>	<p>Considerou que o PDE falhou na implementação dos parques, pois eram previstos mais de 160 parques, e pontua que a implantação tem ocorrido em um ritmo bastante lento. Afirma que, embora sejam citados, os fundos ambientais para a criação desses parques não foram implementados, e sugere que sejam criados e reforçados mecanismos que avancem nesse sentido. Menciona a crescente expansão da mancha urbana, e sugere que o PDE preveja meios para reverter esse processo. Declara identificar em São Paulo um processo de desmonte do funcionalismo público na área ambiental, tanto pela extinção de vagas como pela perda de muitos funcionários para a iniciativa privada. Nesse sentido, sugere que sejam realizadas iniciativas de profissionalização do corpo de especialistas da SVMA, além da elaboração de concursos públicos para os cargos de direção dos parques. Afirma que, de alguma forma, o PDE deveria contribuir para facilitar essa profissionalização e a ampliação do corpo gestor de parques, contribuindo também para a manutenção da referida secretaria. Por fim, recorda que o então candidato à prefeitura, o Sr. Bruno Covas, assinou uma carta de compromisso comprometendo-se a aumentar para 1% o orçamento municipal da SVMA, e indica que tal proposta começou a ser cumprida pelo Prefeito Ricardo Nunes, que aumentou o orçamento para 0,55% este ano, sendo necessário prever tal investimento no PDE.</p>
18	<p><b>Ângela Martins Baeder</b> Munícipe</p>	<p>Afirmou que os atuais mecanismos de compensação ambiental não são suficientes. Questiona a verticalização perto das linhas de metrô, meios de transporte, e grandes eixos, e sugere a revisão de limites nesse sentido. Afirma que, devido à construção de muitos prédios, estão sendo criadas ilhas de calor, prejudicando a paisagem e a ventilação na cidade.</p>